

DO GOVERNO DAS DIFERENÇAS AOS CORPOS INGOVERNÁVEIS: POTÊNCIAS DE VIDA NA EDUCAÇÃO

Autores:

Alexandre Filordi de Carvalho – UNIFESP

Divino José da Silva – UNESP/Presidente Prudente

Sílvio Gallo – UNICAMP

Coordenador: Sílvio Gallo – UNICAMP

Debatedor: Pedro Angelo Pagni – UNESP/Marília

Resumo

Analisa-se o governo das diferenças empreendido pelas políticas neoliberais, com repercussão na educação brasileira durante as últimas décadas, inserindo-se no debate filosófico da governamentalidade e da biopolítica. Debate-se em que medida os corpos ingovernáveis estão compreendidos por essas formas de governo atuais ou lhes escapam, tanto singularmente quanto coletivamente, afrontando-as e agenciando modos outros de subjetivação, assim como potências de vida.

Palavras-chave: Biopolítica; governamentalidade; diferenças; corpos ingovernáveis

Do precariado à precarização das estratégias educacionais de inclusão e de afirmação das diferenças: o Brasil como laboratório biopolítico

Alexandre Filordi de Carvalho (Universidade Federal de São Paulo)

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo investigar como a assunção de uma nova classe social denominada de precariado, conforme propõe Standing (2017), relaciona-se diretamente com a dissolução das políticas afirmativas das diferenças. A hipótese é de que o precariado sintetiza a demanda biopolítica de corpos *re-regulamentados* sob os ataques às instituições coletivas de proteção aos direitos humanos. Neste caso, a experiência recente na educação brasileira seria um forte indício a reverberar condições educacionais na fixação das mesmas demandas subjetivas de produção de precarização do trabalho, da existência, das relações democráticas, da aceitação das diferenças e sucessivamente (BERARDI, 2005; STANDING, 2017; GUATTARI, 2012). Trata-se, como efeito de problematização, de anunciar que é preciso um projeto urgente de resistência contra a precarização e o empobrecimento das experiências subjetivas associadas à dissolução de extermínio das políticas públicas de inclusão e de educação com as diferenças de seus sujeitos sociais.

Palavras-chave: Precariado; Inclusão; Educação; Biopolítica neoliberal

Introdução

Após o rompimento institucional da democracia brasileira, tendo como marcador histórico o *impeachment* produzindo contra a presidenta Dilma Rouseff, o “ódio instituído na política brasileira” (GALLEGO, 2018), desde 2016, emergiu uma enunciação antiprodutiva visando a combater as experiências e as teorias educativas voltadas para as diferenças e as políticas afirmativas de inclusão social. A partir desta conjuntura, o presente trabalho tem por objetivo investigar como a assunção de uma nova classe social denominada de precariado, conforme propõe Standing (2017), relaciona-se diretamente com a dissolução das políticas afirmativas das diferenças. A hipótese é de que o precariado sintetiza a demanda biopolítica de corpos *re-regulamentados* sob os ataques às instituições coletivas de proteção aos direitos humanos. Neste caso, a experiência recente na educação brasileira seria um forte indício a reverberar condições educacionais na fixação das mesmas demandas subjetivas de produção de precarização do trabalho, da existência, das relações democráticas, da aceitação das diferenças e sucessivamente (BERARDI, 2005; STANDING, 2017; GUATTARI, 2012). Trata-se, como efeito de problematização, de anunciar que é preciso um projeto urgente de resistência contra a precarização e o empobrecimento das experiências subjetivas associadas à dissolução de extermínio das políticas públicas de inclusão e de educação com as diferenças de seus sujeitos sociais. Para tanto, o trabalho percorre três movimentos. Investiga o que é o precariado e a sua emergência social no cenário da biopolítica neoliberal contemporânea. Em seguida, expõe o avanço do precariado no contexto brasileiro desde 2016, associando a sua emersão com o desmonte das políticas públicas voltadas para as diferenças e as estratégias de inclusão. Finalmente, problematiza a hipótese de necessária luta contra as conexões contemporâneas de precarização da vida com precarização da educação, no sentido de que lutar contra uma condição é lutar contra outra, pois estão relacionadas como estratégias de governo em nome da funcionalidade do sistema capitalista de dominação subjetiva e de antiprodução de diferenças, conforme analisam Deleuze e Guattari (2010) em *O Anti-Édipo*.

Metodologia

A presente pesquisa em torno das relações do precariado com a precarização das políticas públicas voltadas para a afirmação das diferenças se centrou na revisão bibliográfica compreendendo dois movimentos muito específicos. No primeiro movimento, tratou-se de investigar a emersão conceitual e analítica do precariado em sua vertente geral, ou seja, no âmbito da difusão global de relações produtivas e de trabalho conforme aportam as pesquisas de Berardi (2009), Boever e Neidich (2013), Lazzarato (2011) e Standing (2017). De modo dedutivo, a compreensão geral do precariado convergiu para as análises locais do cenário brasileiro tal como as pesquisas de Antunes (2018) aportaram. Tomando, então, o contexto brasileiro a partir dos rompimentos sócio-políticos produzidos na vertente geral do governo e de suas estratégias biopolíticas, tal como Foucault (2004) levou a cabo, o segundo movimento da pesquisa investigou como a dimensão do precariado acaba sendo uma maturação das estratégias de biopolitização da vida manipulada conforme os interesses da atualização do neoliberalismo contemporâneo. Neste movimento, o empreendimento conceitual procurou engendrar a própria vitalidade da biopolítica face às novas configurações de governo instaladas por relações de poderes que representam à sanha das estratégias de precarização. Atingir, assim, as políticas públicas de educação é apenas um caminho para aprofundar a desigualdade social e justificar a perversão socioeconômica que o precariado anuncia diante de uma sociedade cada vez mais polarizada. Justificar-se-ia, assim no Brasil, uma narrativa arranjada como caminho irreversível de uma história mascarada em torno do interesse das classes dominadas pela lógica do rentismo e da exploração humana. Ignorar toda demanda da formação de pessoas com deficiência, sobretudo passando por cima das demandas

condicionadas à diferença existencial (CARVALHO, 2015; DELEUZE, GUATTARI; 2010), acaba sendo uma tomada política condizente ao que a análise do precariado revela: estas vidas, biopoliticamente, são vidas que não valem à pena ser vividas. Portanto, a supressão das afirmações de política de Estado em função de uma educação de viés inclusivo acabaria contrariando a pavimentação necessária para se favorecer o precariado.

Resultados e discussão

A educação que se volta para as diferenças, indo além do mero respeito a elas, mas abrangendo a própria produção das diferenças, interpõe-se contra o que Deleuze e Guattari (2010) denominaram de fluxos de antiprodução do sistema capitalista. Entende-se por antiprodução toda estratégia instaurada ao longo do *socius* dominante funcionando como bloqueio dos componentes de singularização do campo do desejo. O desejo, nesta acepção teórica, é uma espécie de síntese potencializadora da capacidade humana de ativar modos de ser que, em sua multiplicidade, singularizam-se independentemente do sistema de valores e dos modos de comportamento assumidos em uma escala social que os normalizam. Assim, a diferença é coeficiente problematizar face aos domínios de expressão subjetivas dominantes. Portanto, uma educação que visa a assumir as diferenças opera, desde a sua base, outra escala política na existência, pois assume modos de ser, desde intensidades corpóreas consideradas anormais (CARVALHO, 2012), únicos, múltiplos e singulares.

Ora, a problematização emergente emanada daí pode ser vista no instante que a educação para as diferenças ativa a produção de desejo como fluxo antinormativo à padronização antiprodutiva do sistema capitalista. Paradoxalmente, a produção que interessa ao sistema normativo de relações sociais capitalista (DELEUZE; GUATTARI, 2010; GUATTARI, 2012) é o da antiprodução, já que esta bloqueia todo campo de singularidade de modos de ser em detrimento de uma demanda homogeneizante de subjetividades escalonadas conforme o interesse da adequação aos ordenamentos do tecido social. Com efeito, as políticas públicas, uma vez reduzidas à lógica da antiprodução, operam ajustes no governmentação público com o intuito de neutralizar e de controlar a potência modificadora que os sujeitos deficientes, considerados por nós como sujeitos marcadores sociais das diferenças, aportam a partir de seus modos de ser singulares.

Pois bem, quando o governo Temer, a partir de 2016 se inclina, sob o pretexto de atualizar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), em vigor desde 2008, a desarticular a política de Estado para garantir o acesso de alunos e de alunas com deficiência ao ensino regular e comum, além de deixar de garantir paralelamente, o acesso ao atendimento educacional especializado, um alerta sintomático aí se produz. O mesmo alerta, em dias atuais, pode ser visto na assunção da política do ódio manejada contra as minorias de toda ordem, conforme se vê no cenário atual e que poderia ser compreendido como a reinvenção das direitas no Brasil, nos termos de Gallego (2018). Assim, o Governo Federal, a partir de 2019, tratou imediatamente de assinalar para a dissolução da a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Mas o resultado destas políticas não são fios isolados e aleatórios nas estratégias de governmentação. Tal resultado é consequência de uma trama de governo neoliberal atualizado em uma biopolítica assumidamente excludente. As políticas públicas para a educação apenas reverberam as estratégias do capitalismo em seus fluxos antiprodutivos. Em outros termos, o Estado passou a servir como maximizador dos interesses da antiprodução social, transformando-se numa espécie de mordomo do sistema financeiro. Para tanto, a função social de redução de desigualdade, por parte do Estado, vê-se anulada em detrimento da liberação da desburocratização para se maximizar os próprios ganhos e lucros do capital.

O bloqueio e a limitação dos investimentos públicos na área da educação; a emergência do dispositivo da Escola sem partido; as políticas a favor da terceirização e da desregulação das

relações de trabalho; a retomada das privatizações, conforme se instauraram a partir de 2016; a reforma da previdência social; o bloqueio no orçamento destinado à educação pública, notadamente a de nível superior; o linchamento social produzido em torno de minorias de qualquer ordem; o descaso declarado com o INEP e a falta de clareza na condução objetiva do MEC, conforme se vê desde 2019, convergem, na proposta analítica de Standing (2017), para *re-regulamentação* do precariado.

A questão central, assim, é a da seguinte visada: toda precarização atinente ao campo da educação para as diferenças, além das demais, é apenas um repique da estratégia neoliberal de desregular o papel do Estado como organização social capaz de regular, minimamente que o fosse, as desigualdades sociais. Por isto mesmo, o Estado passa a *re-regulamentar*, mas no sentido de defender os interesses do rentismo. A precarização que o Estado passa a assumir como política é um arranjo sinistro em torno do teorema de valor marginal (MVT – *marginal value theorem*), isto é, quanto mais de um lado se aprofunda a pobreza, mais, de outro lado, aumenta-se a riqueza dos detentores do rentismo: empresários, banqueiros, especuladores financeiros, etc.

Re-regulamenta-se a precarização quando o Estado canaliza políticas públicas que regulamentam: a) a discursividade neoliberal de autoempreendedorismo, deixando de mediar as condições mínimas da segurança e da garantia nas relações de trabalho, numa espécie de *ao deus dará*; b) o Estado abandonando a função de servir como rede de proteção às minorias, já que implode com um sistema de garantia de seus direitos a equipamentos sociais importantes ao desenvolvimento bio-sócio-psíquico, tal como é a escola e a universidade; c) compromete-se a se servir como estimulador do precariado que, segundo propõe as análises de Standing (2017), consiste de pessoas que são desprovidas das sete formas de garantias relacionadas ao trabalho: *garantia de mercado de trabalho* traduzida em oportunidades adequadas de renda-salário a partir de um compromisso governamental de “pleno emprego”; *garantia de vínculo empregatício* compreendendo a proteção contra a dispensa arbitrária, regulamentação sobre contratação e demissão; *segurança no emprego* como capacidade e oportunidade para manter um nicho no emprego e mobilidades ascendentes no trabalho; *segurança no trabalho*, ou seja, proteção regulamentada contra acidentes e doenças, a partir de normas de segurança e de saúde, limites de tempo de trabalho, horas insociáveis, etc.; *garantia de reprodução de habilidade* implicada na oportunidade de garantir habilidades, através de estágios, treinamentos de trabalho, e assim por diante; *segurança de renda* garantida por leis de proteção à renda adequada e estável, por exemplo, por meio de mecanismos de salário mínimo, indexação dos salários, previdência social abrangente, tributação progressiva para reduzir a desigualdade; *garantia de representação*, quer dizer, possuir voz coletiva no mercado de trabalho, por exemplo, por meio de sindicatos independentes, com o direito de greve.

Salta aos olhos que desde 2016 o cenário da *re-regulamentação* do precariado se acampou na contemporaneidade brasileira. Ora, tal forma de governo assume o seu viés biopolítico quando os seus sujeitos passam a padecer de políticas que os lançam às bases aniquiladas de suas garantias mínimas de sobrevivência. Em termos de Foucault (2004), é uma nova população que surge: a população precarizada, sem os termos de garantia de suas condições de existência e, no caso da precarização da educação, uma população inteira vendo-se bloqueada aos acessos de uma formação que, minimamente, poderia potencializar uma transformação subjetividade de suas vidas com o intuito de habilitá-las a um engajamento social de luta por superação de suas próprias precarizações.

No caso da deficiência, a biopolítica é mais insidiosa. Ao alijar a garantia dos sujeitos a uma educação universal, democrática e com qualidade, eles são lançados às condições imanentes de suas situações existenciais, espécie de calabouço corpóreo, sem condições de se conectarem com componentes diferenciados de suas especificidades. Por exemplo, uma criança surda pode padecer de uma exclusão formativa deletéria, impedindo-a de ter acesso a educação

formal e de, a partir de sua formação, galgar na *garantia de reprodução de habilidade* outra. Assim, ela está programada à precarização. O mesmo pode ser pensado acerca de qualquer deficiência, o que é absolutamente assombroso.

Considerações finais

Não seria exagero, como se vê, que o Brasil tenha se transformado em um laboratório biopolítico perverso desde de 2016. Ao assumir a consonância da precarização, suas políticas públicas passaram a arquitetar uma série justificadora de leis, regras, princípios e códigos, além de escolhas de políticas de governmentação, voltadas para a precarização da vida.

O campo da educação é uma destas vítimas, mas não a única. A educação apenas é um fio de conexão importante no repique de *re-regulamentação* da precarização. Em outros termos, se é a precarização a correia de transmissão dos interesses majoritários do rentismo capitalista, não há que fazer da educação uma possibilidade de experiência capaz de dar condições para a superação de qualquer precarização. Precarizar a educação é um lance de dados viciados, pois ela apenas redonda sujeitos precarizados à demanda precarizadora do sistema. Na ponta mais frágil do sistema encontram-se os sujeitos deficientes. Além da própria deficiência como barreira de acessibilidade e de mudança sociais, doravante, passam a se verem excluídos de um sistema de educação pública que, apesar de todas as suas limitações, ainda lutava para defender a inclusão formativa de tais sujeitos.

Sendo assim, é urgente retomar três posturas beligerantes contra a biopolítica da precarização. Em primeiro lugar, é preciso assumir, como sujeitos históricos, o papel ativo contra toda e qualquer situação de precarização do trabalho, pois é neste patamar que se consolidam os interesses dos fluxos do capital. Neste sentido, a luta é pela retomada da produtividade em torno do trabalho, que passou a ser suprimida em detrimento da lógica do rentismo. Por conseguinte, em segundo lugar, é preciso lutar pela retomada de uma governamentalidade que não se filie aos fluxos do capital, como sói ser no neoliberalismo. Quer dizer, é preciso lutar urgentemente pelo papel estatal do Estado, isto é, pela perspectiva da *res publica*, da coisa pública em sua dimensão universal. Claro está, finalmente, que a área da educação é território privilegiado para tanto. Assim, a luta pela educação universal, democrática e com qualidade é, ao mesmo tempo, uma luta contra toda biopolitização da precarização da existência. As lutas presentificadas na educação inclusiva seriam ainda mais marcantes pois elas colocam em relevo a necessidade da defesa da inclusão da própria diferença humana em um mundo que passou a normopatologizar a exclusão de toda espécie, fato, por si mesmo, que vem justificando o precariado e o aprofundamento da precarização.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão – o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BERARDI, Franco. *A fábrica da infelicidade – trabalho cognitivo e crise da new economy*. Porto Alegre: DP&A, 2005.
- BOEVER, Arne; NEIDICH, Warren. *The psychopathologies of cognitive capitalism. Part one*. Genova: Archive Books, 2013.
- CARVALHO, Alexandre Filordi de. Por uma ontologia política da (d)eficiência no governo da infância. In: RESENDE, Haroldo de (Org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 25-47.
- CARVALHO, Alexandre Filordi de. Foucault e a potência normativa do saber no campo da educação. *ETD: EDUCAÇÃO TEMÁTICA DIGITAL*, v. 14, p. 121, 2012.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

GALLEGO, Solano. *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
GUATTARI, Félix. *La révolution moléculaire*. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2012.
LAZZARATO, Maurizio. *O governo das desigualdades. Crítica da insegurança neoliberal*. São Carlos: EDUFSCAR, 2011.
STANDING, Guy. *O precariado. A nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Sociedade de desempenho e governo da vida (de)ficiente

Divino José da Silva (FCT/UNESP-Presidente Prudente)

Resumo: Na sociedade de desempenho atribui-se a cada indivíduo a responsabilidade de fazer render seu corpo, seu tempo, sua criatividade e sua imaginação. Nesse jogo, a vida foi submetida ao cálculo administrativo que visa a eliminar a negatividade, os riscos e modos de resistências que impedem a realização do capital e de sua força comunicativa. É dessa perspectiva que a alteridade do deficiente, que resiste ou retarda a nova ordem é negada ou eliminada, pois sua negatividade constitui obstáculo à lógica do desempenho, da eficiência e da lucratividade. Tendo em vista o referido contexto, busco pensar duas questões: Que ressonância a alteridade e negatividade dos corpos deficientes têm sobre a cultura do desempenho e do empresariamento da vida? Que vida há nesses corpos que afrontam o biopoder?

Palavras-chave: Biopolítica; sociedade de desempenho; corpo deficiente.

Introdução

Há muito vem se confirmando uma série de diagnósticos sobre a sociedade contemporânea que a caracteriza como sociedade de desempenho (FOUCUALT, 2008; HAN, 2017; GIROUX, 2018). Para que os objetivos desta sociedade se efetivem sem entraves, diferentes instâncias da vida foram submetidas ao cálculo administrativo, que sob a roupagem da transparência busca eliminar riscos, resistências e negatividade que impeçam a realização do capital e de sua comunicação. Dos indivíduos é exigido que estejam à altura das demandas do capitalismo neoliberal, sob pena de serem relegados ao abandono. Há uma infinidade de vidas que afrontam a esta ordem, pois não cabem no arco da racionalidade eficiente que rege o governo da vida na atualidade. Não cabem neste funcionamento os corpos (de) deficientes, velhos ou adoecidos. No entanto, estas vidas desqualificadas constituem o que Lapoujade (2017) denominou de movimentos aberrantes que, como forças beligerantes, rompem com a racionalidade constitutiva da linguagem neoliberal, opondo-lhe obstáculos na medida em que nos remetem a outros modos de vidas possíveis.

Busco pensar, articulado aos propósitos deste painel, o modo como a lógica inerente à sociedade de desempenho, em seu rearranjo biopolítico, tem exercido o governo dos corpos e da vida (de)ficiente. Que lugar ocupam os corpos lentos, frágeis, doentes e envelhecidos no contexto dessa dominante racionalidade pragmática? Que ressonância a alteridade e negatividade desses corpos têm sobre a cultura do desempenho e do empresariamento da vida? Que vida há nesses corpos que afrontam o biopoder? Estas questões serão pensadas tendo como ponto de partida algumas cenas - crônicas jornalísticas – as quais nomeio livremente de imagens literárias.

Analisando o governo da vida na sociedade de desempenho

Esse ideário da sociedade de desempenho faz parte do senso comum e passou a definir não somente aspectos da vida política e econômica na atualidade, mas estrutura uma visão

social de mundo expressa na performatividade que sustenta a constituição do si mesmo (*self*) dos sujeitos, a qual toma como modelo as performances esportivas que ditam os parâmetros de uma “atletica autossuficiência” (EHRENBERG, 2010). É inerente a este modelo a ideia do inacabado e a obsessão pela auto superação de limites cujo fim é conduzir o humano a quebrar recordes, a produzir mais em menos tempo e a vencer obstáculos. Estas demandas podem ser metaforizadas na linguagem dos recordes: correr mais depressa, erguer mais pesos, saltar mais alto. Em todos estes apelos estão expressas ideias de perfectibilidade, por trás das quais se escondem a fragilidade, a fraqueza, o sofrimento e os limites do próprio corpo. O desempenho corporal adquire nesta lógica o patamar de desempenho moral.

Numa sociedade em que cada indivíduo deve se ver como empreendedor, predomina nela uma economia da sobrevivência que retira da vida a negatividade que é fundamental à nossa vitalidade. Numa cultura como a nossa em que a negatividade da morte e da finitude foram lançadas ao esquecimento pela positividade do “*Yes, we can*”, a vida despojada de sua potencialidade. Assegurar a sobrevivência significa, neste caso, render-se ao fluxo das demandas externas como uma forma de quitarmos uma dívida impagável, que se renova todos os dias. Desse modo fomos transformados numa espécie de sobreviventes, em sujeitos que por um excesso de cálculo sobre a vida, tendo em vista potenciá-la e torná-la transparente e rentável, a perderam circunscrevendo-a aos limites do sobrevivencialismo (PELBART, 2007).

No entanto, é contra o biopoder, é na imanência desta forma de governo da vida, que a vida se manifesta em seus resíduos, nos restos de seu quase apagamento, quando já não parece ter mais jeito, é lá que sua potência se insinua como um facho de luz bruxuleante. “Ao poder sobre a vida responde a potência de vida. Mas esse responder não significa uma reação, já que o que se vai constatando cada vez mais é essa potência de vida já estava lá por toda parte, desde o início.” (PELBART, 2007, p. 58). Esta potência de vida traz para o centro a negatividade, como resistência ao excesso de positividade e exigência de transparência a que estamos submetidos. Há nos corpos deficientes algo de uma postura extraviada, disforme, algo situado numa “zona de opacidade ofensiva” e de inumano, sobre os quais pairam uma impotência em que é possível encontrar uma potência de vida. (PELBART, 2007).

Estas são vidas que não cabem nos registros, ou pelo menos não em quaisquer tipos de registros, pois elas são intransparentes, realidade que escandaliza os epígonos da cultura da transparência que querem submetê-las, registrá-las, esquadrihá-las e reduzi-las às certezas normalizadoras, eliminando assim sua opacidade. Numa sociedade orientada pela lógica da transparência e da eficiência, a opacidade dos corpos deficientes soa como um redundante não. Na verdade essa opacidade é um não-para... . Um não-para a positividade que diz a todo instante “sim, nós podemos”. (HAN, 2017).

Mas de que modo os corpos deficientes ou as vidas deficientes acenam para uma virada, para uma potência de vida que nega a positividade da nossa “autossuficiência atlética”? Há nesses corpos uma vida que escapa à nomeação, é o puro acontecimento, é pura potência. É o querer viver obstinado apesar de toda a impotência. São corpos frágeis que estão próximos do inumano ou que muitas vezes tangenciam a morte e negam o “sobrevivencialismo” inerente à nossa cultura, pois diante do sofrimento iminente e prologado escolhem a morte antecipada ou escolhe simplesmente viver. Nesses tipos de renúncias estão presentes, “o signo de uma resistência [...]. Nesses seres somos confrontados a uma surdez que é uma audição, uma cegueira que é uma evidência, um torpor que é uma sensibilidade exacerbada, uma apatia que é puro *pathos*, uma fragilidade que é indício de uma vitalidade superior”. (PELBART, 2011, p. 44).

O desafio está mesmo em como acolher estes corpos imersos numa “zona de opacidade ofensiva”? Uma tentativa de elucidação desta questão está em retomar o corpo em sua dor e em seu sofrimento, no encontro com a exterioridade em que o mesmo é afetado e confrontado em sua alteridade. Esta alteridade é, como nos diz Han (2014, p. 19), “a atopia do outro, que se

subtrai a todo poder”, pois “o seu verbo modal negativo é o *não poder poder*.” Este *atopos* é o que escapa a qualquer nomeação. É o que não é possível possuir, captar, conhecer. Com ele só podemos estabelecer uma relação a distância. É um aproximar-se a distância que traz consigo um longe, o qual se revela assimétrico e desprovido de lugar, ao mesmo tempo em que porta uma negatividade, uma tensão vivaz: *uma vida* que se subtrai ao cálculo.

Parece residir nesta atopia, presente na deficiência, a possibilidade de se rechaçar o determinismo da lógica do desempenho. Obviamente que não se trata de anunciar uma saída mirabolante, mas de produzir territórios “existenciais alternativos” àqueles agenciados pelas urgências do mercado, portanto, que estabeleça uma tensão com a positividade de um mundo que nos encerra no presente, obstruindo a negatividade do não-para... do não-posso... do não-aguento... expressa nos limites do corpo. Deleuze (2011), Agamben (2015) e Pelbart (2011) encontram não só na literatura, mas, sobretudo, na maneira como o escritor mantém a fragilidade e imperfeição como condição para a permeabilidade que possibilita a vida embrionária irromper em meio à nossa autossuficiência atlética. O escritor sente-se atravessado por histórias que são maiores do que ele, com as quais ele só pode manter uma relação de imperfeição e inconclusão. Os gestos do escritor abrem a esfera da ética, sobretudo quando eles se dão a partir de corpos frágeis, desfigurados, desfeitos, em que se conjugam a imagem da fragilidade moribunda e a da vida embrionária que se manifestam sob esta roupagem. É o que acontece com os personagens de Kafka e Melville (PELBART, 2011).

A literatura é o campo do experimento em que os nossos modos de vida são postos em risco (AGAMBEN, 1995). Ela nos possibilita a aproximação do pequeno e do ínfimo, ou daquilo que não cabe nos registros de uma história que se credencia como oficial, portanto, demanda o desaprender a ver como consciência da nossa incapacidade. Para isso é necessário o tato, o refinamento da sensibilidade, enfim, o exercício do aproximar-se sem a pretensão de dizer a verdade daquilo que não se deixa pronunciar. É neste entre, neste vão, que se situam as formas da linguagem que anunciam um limite evidente na busca por tornar pronunciável o impronunciável. (SKLIAR, 2017).

É desta perspectiva que apresento a seguir, de maneira resumida, duas imagens que estou chamando, com bastante liberdade, de literárias. São crônicas jornalísticas que estão distantes dos gêneros literários mais respeitados. A primeira é a da corpo trêmulo e desajeitado de Eva. Assim começa a narrativa sobre Eva Rodrigues: mulher, negra, pobre vítima de uma paralisia cerebral em decorrência de uma complicação no parto. Mas Eva insurgiu-se contra os risos que a humilhavam e as imitações que dela faziam e contrariou o destino que dizia que ela deveria ficar amontoada num canto. Conseguiu com muita luta entrar na escola. “Suas mãos não obedeciam, eram dois membros convulsos que Eva não dominava. Eva usou toda a força de que dispunha para que a mão esquerda segurasse a direita. Uma mão retorcida sobre a outra, dores horrendas pelo esforço, Eva escreveu pela primeira vez. O atrito da mão dobrada sobre o papel deixou os dedos em carne viva.” (BRUM, 2006, p. 99). Mesmo com as melhores notas foi obrigada a repetir de ano, pois a professora não se conformava que ela tivesse aprendido a escrever. Entrou na universidade para cursar Pedagogia, mas também lá os obstáculos se multiplicaram: “como vai escrever no quadro-negro tremendo desse jeito? (...) Não vê que só vai incomodar? Não entende que entre você e um menina normal vão escolher a normal?” (Idem, p. 100). Estas foram as palavras que ela ouviu de uma educadora. Como educadora Eva passou por três escolas, em cada uma delas sofreu preconceito. Quando descobria que ela era capaz e que, portanto, deveriam competir com sua mente e não com seus tremores, o que era comiseração transformava-se em ódio. Assim foi expulsa da escola. Prestou concurso para servente no Tribunal de Alçada, foi aprovada em nono lugar, mas o neurologista a reprovou, “porque ela tremia as mãos, porque derramaria os cafezinhos.” (Idem, p.101). Assim conclui Brum (2006): “A vida é pródiga em paradoxos. O de Eva é que a odeiam porque não podem sentir pena dela. E o mundo é que as piores deformações são as invisíveis.” (p. 102).

A segunda imagem é a do corpo de Sandy Ben, professora da Universidade Cornell que aos 65 anos descobre que está com Alzheimer, em maio de 2009. “Nos últimos dois anos ela vinha experimentando o que ela chamava de “esquesitices cognitivas”: esquecia-se do nome das coisas ou confundia palavras. Depois de longas conversas com médicos e de ouvir histórias de pessoas que tiveram algum parente acometido por esta doença, Sandy estava convicta de que aquilo não era pra ela. No transcorrer das semanas seguintes revelou aos mais próximos o diagnóstico e seu plano de se suicidar. Sandy descobre então pentobarbital (Nembutal), um barbitúrico utilizado por veterinários para sacrificar animais e que é utilizado em suicídios autorizados pelo Estado e assistido por médicos. Prepara documentos que desresponsabilizam a família pela sua morte. Acompanhada e assistida pela família e diante do quadro avançado da doença, detendo ainda um domínio razoável de sua consciência, Sandy ingere, em data e hora previamente definidas, o barbitúrico. (HENIG, 2015).

O que interessa na leitura destas crônicas é pôr em movimento corpos inertes ou desfeitos e que por algum limite são renegados por não se enquadrarem em regras e padrões de normalidade, porque se movimentam de jeito estranho, porque não aprendem ou não se encaixam no ritmo e lógica do tempo presente, porque não se situam nos limites dos preceitos da tão frágil razoabilidade racional. Enfim, são aqueles que não se enquadram porque a vida, o acaso, os acidentes, o imprevisível, o tempo, os fizeram assim. Diria assim que estes corpos interpelam a nossa saúde atlética: afinal, o que é isso? É isso nós mesmos? Estas perguntas não encontram acolhida em princípios racionais e abstratos, mas no impulso pré-racional. Assim, os relatos acima são modos de ver as situações da vida cotidiana que produzem um corte, uma interrupção, no olhar e no pensamento.

As personagens, ou as imagens dos corpos acima descritos, não se definem pelos critérios da positividade contemporânea e nem pelos padrões do auto-empendedorismo. Na contramão e contrariando a tais critérios estes corpos são vidas que ganham vida e presença política no corpo da escrita. Estas crônicas-relatos trazem a lume os restos, os cacos, o ínfimo, que se encontram soterrados pelo excesso de (in) visibilidade e do dizer excessivo que produzem em nós uma crosta, uma dormência, um cegueira, que nos tornam insensíveis e indiferentes ao que nos acontece no cotidiano. Particularmente põe em xeque o nosso sobrevivencialismo que insiste em nos dizer que a vida vale a pena ser vivida mesmo quando não há mais vida. Há mais vida na morte do que numa vida ausente, oca, vazia, governada pela circularidade, pela repetição do sempre igual. Mesmo no gesto da escolha pela morte, há uma vida que palpita em sua “opacidade ofensiva”. Talvez haja mais vida neste gesto do que no nosso comportamento sobrevivencialista que cotidianamente nos mortifica, nos transformando numa espécie de corpos excitados, mas sem vida e sem densidade.

Considerações finais

Nos corpos deficientes fala uma forma-de-vida que, simplesmente, emerge, brota e se espalha, sobre a qual não se tem nenhum controle, nos defrontando com um rosto que nos lança aquela pergunta que surge do espanto, do susto gerado pela impossibilidade de nomear: “quem és tu?”, de que nos fala Judith Butler (2015). Ouvir a narrativa deste tu, escutá-lo, deixar-se interpelar por ele, pode ser o começo do reconhecimento do outro como uma existência política. É por essa pergunta que o sujeito ético pode ser retirado de seu centro e seu narcisismo pode ser rompido. Manter esta pergunta pelo outro é a forma de aproximar-se da vida e daquilo que excede ao esforço de explicá-la. Sabendo que há, sempre, uma opacidade intransponível neste processo de aproximação em que a negatividade se manifesta como força vivificadora

Estas imagens do corpo possibilitam a reaproximação da filosofia da educação dos aspectos imediatos da vida cotidiana escolar, estabelecendo um contraponto entre singular e universal evidenciando o quanto estas relações se mostram contraditórias e opressivas. Sobretudo quando se trata de pensar o governo dos corpos deficientes pela lógica da

racionalidade neoliberal. Neste contexto a singularidade dos corpos deficientes emergem contra a universalidade abstrata que os dominam, e põe em xeque nossos modos de existências.

A presença dos corpos deficientes nos desafia a suspender os excessos de compreensão que deseja significá-los e compreendê-los. Não se trata, nesse caso, de suspender cuidados, mas de intensificar um modo de atenção a esses corpos, o qual passa pela escuta de uma voz *en off* que, no caso específico da escola, atravessa a vida das crianças com deficiência e que o saber dos especialistas já não alcança mais. Esta voz *en off* inaudível, ou poucas vezes ouvida, pode ampliar os nossos horizontes mentais em que o jogo entre experiência da diferença e identidade seja interpretado em outra perspectiva na qual o estranhamento e a alteridade assumam protagonismo. Mas para isso se faz necessária a atividade do pensar como um exercício que se dá às cegas, sem nenhuma referência previamente estabelecida. “Pensar é uma espécie de experimento sem verdade” (BÁRCENA, 2017, p.). Essa atitude demanda uma atenção singular àquelas crianças, a qual se define muito mais como um estar junto, como uma presença que escapa a qualquer desejo de normatividade e regulação.

Ouvir essa voz *en off* e sentir a força que ela porta em sua fragilidade nos desafia a pensar o modo como vida e fascismo se entrelaçam na atualidade, em que o fascismo já não é mais irradiado do poder soberano do Estado, à maneira do fascismo clássico, mas é transmutado para a forma como o capital se espalha para todas as instâncias do vivido, produzindo práticas e discursos que padronizam comportamentos e modos de pensar, silenciando e desqualificando todas as formas de diferenças. Os corpos que não se enquadram nos padrões do auto-empresendedorismo, da competitividade do mercado, são tratados como vidas supérfluas, descartáveis, no limite infames. Impera nesta perspectiva uma visão de corpo fascista, pois não cabe nele os corpos e as vidas dos sujeitos, grupos e comunidades que não se enquadram na lógica do desempenho posta pela cultura do empreendedorismo neoliberal. Qualquer lembrança da história subterrânea do corpo, da nossa animalidade e da nossa inumanidade, deve ser soterrada, reprimida, esquecida pela racionalidade eficiente.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Bartleby, ou da contingência*. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BÁRCENA, Fernando. A voz *en off*: cosas que piensam. In: PAGNI, Pedro A.; LOPES, Rodrigo B.; SILVA, Divino José da. *Experiência de pensamento na educação: identidade ou diferença*. Marília, SP: Poiesis, 2017.
- BRUM, Eliane. Eva contra as almas deformadas. In: _____. *A vida que ninguém vê*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006. p. 96-102.
- BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética*. Trad. de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- DELEUZE, Gilles. Bartleby, ou a fórmula. In: DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2011.
- EHRENBERG, Alain. *O culto da performance. Da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Tradução de Pedro F. Bendassolli. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GIROUX, Henry. O neoliberalismo é a nova face do fascismo. A linguagem neoliberal na educação. Disponível em: <https://www.counterpunch.org/2018/12/25/the-language-of-neoliberal-education/>. Acesso 09 jan. 2019.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Trad. Enio Paulo Gianchini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- _____. *A agonia de eros*. Trad. de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D' Água, 2014.

HENIG, Robin Maratz. Juízo final. Uma paciente de Alzheimer decide pôr fim à própria vida. Revista Piuái, , nº 106, julho de 2015.

LAPOUJADE, David. *Deleuze, os movimentos aberrantes*. Trad. Laymet Garcia dos Santos. São Paulo: n-1 edições, 2107

PELBART, Peter Pál. Biopolítica. *Sala Preta*. São Paulo, USP, v. 7, n. 1, p. 57-66, 2007.

_____. *Vida capital. Ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011.

SKLIAR, Carlos. As quatro formas da linguagem entre a identidade e a diferença: a voz, a escrita, a intimidade e a solidão. In: PAGNI, Pedro A.; LOPES, Rodrigo B.; SILVA, Divino José da. *Experiência de pensamento na educação: identidade ou diferença*. Marília, SP: Poiesis, 2017.

Políticas da diferença e políticas públicas em educação no Brasil

Sílvio Gallo (Faculdade de Educação – UNICAMP)

Resumo: Partindo do operador analítico governamentalidade democrática, inspirado em Foucault, esta comunicação analisa algumas políticas públicas no campo da Educação produzidas no Brasil nas últimas três décadas, notadamente aquelas voltadas para o governo das diferenças através da lógica inclusiva. Na contramão das ações de um Estado governamentalizado, que age sobre a vida, subjetivando cidadãos, busca-se em Rancière elementos para pensar uma política das diferenças ingovernáveis.

Palavras chave: governamentalidade; cidadania; diferença

Introdução

Como pensar a presença de uma “lógica das diferenças” nas políticas públicas para o campo da Educação produzidas no Brasil nas três últimas décadas? Esta comunicação coloca a hipótese de que se consolidou no país, desde a década de 1980, uma “governamentalidade democrática”, pensada a partir do conceito de governamentalidade proposto por FOUCAULT (1983, 2008), que teria como centro a afirmação da cidadania. Este momento de construção democrática neoliberal foi interrompido pelo golpe de Estado de 2016 e pelas últimas eleições presidenciais de 2018, que lançaram o país num novo momento político. Serão visitados alguns documentos referenciais de políticas educativas (BRASIL, 1988, 1996; CRAVEIRO; MEDEIROS, 2013) para mostrar a centralidade da afirmação da cidadania e a importância da afirmação da diversidade, como forma de garantir uma cidadania plural. Para fazer frente a esta lógica de governamentalização da vida, que implica em um controle do Estado sobre os indivíduos que têm a ilusão da liberdade e da autonomia pelo seu estatuto de “participante” dos processos políticos, serão trabalhadas as ferramentas conceituais fornecidas por Jacques RANCIÈRE (1996, 2007) para pensar a política como acontecimento e a democracia como dissenso. Pensada pela lógica da diferença, a mesma educação que era instrumento de governamentalidade pela afirmação da cidadania e da diversidade, era vetor de produção de corpos ingovernáveis, que não podiam ser contidos por aquela lógica governamental. Talvez sejam estes mesmos ingovernáveis o fator primeiro de resistência a um processo de acirramento dos fascismos na sociedade brasileira contemporânea.

Nas últimas décadas, uma palavra de ordem passou a presidir muitas das políticas públicas do campo da Educação produzidas no Brasil: inclusão. A valorização da diversidade foi se construindo num movimento crescente, tornando imperiosa a necessidade de incluir a todos no sistema educativo brasileiro. A percepção da importância do tema ficou ainda mais evidente quando o Ministério da Educação criou uma Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) que teria depois seu nome mudado para Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), agudizando a importância da inclusão numa política de valorização da diversidade.

Note-se que o objetivo central do órgão foi a promoção de uma educação inclusiva, de modo a valorizar as diferenças e as diversidades, compreendidas em diversos âmbitos: educação especial, relações étnico-raciais, direitos humanos, aí compreendidas as questões de gênero e de diversidade sexual, abrangendo toda a educação básica, da alfabetização à educação de jovens e adultos. O propósito é o de fazer atravessar (fala-se em “políticas públicas transversais”) todos os territórios da educação básica pelas questões da diversidade e da inclusão, de modo a nada nem ninguém deixar de fora da maquinaria escolar brasileira.

Como compreender a construção deste campo no Brasil contemporâneo? A que projetos de sociedade servem tais políticas? Que chaves podemos utilizar para fazer sua leitura? Aqui, elas serão analisadas no contexto das explorações da biopolítica na educação, tendo referência em trabalhos como GADELHA, 2009, NOGUERA-RAMÍREZ, 2011 e FABRIS; KLEIN, 2013.

Trata-se de um ensaio de natureza conceitual-analítica, que opera ferramentas da filosofia contemporânea para pensar questões relativas ao campo da Educação. De modo que não se pretende construir ou abordar dados específicos, mas analisar políticas públicas através do operador conceitual governamentalidade democrática, que será explicitado adiante.

Biopolítica e governamentalidade democrática

Foucault deslocou sua análise conceitual do campo do poder para as “artes de governar” (SENELLART, 2006), introduzindo a noção de governamentalidade, no contexto dos Estados modernos que operam segundo a biopolítica, o governo dos viventes, controlando suas ações através de políticas que visam toda uma população.

A noção de governamentalidade, porém, traz uma abrangência e complexidade, pois implica não apenas em conduzir as condutas dos indivíduos, mas o faz através de processos de subjetivação, operando na constituição psíquica dos indivíduos (COMBES, 2011; FOUCAULT, 2013, 2014a, 2014b).

Foi no âmbito de sua análise do poder que Foucault (2008, p. 143 e ss.) introduziu este novo operador conceitual, a governamentalidade. Apresentou três aspectos pelos quais podemos compreender a noção: a. uma teia composta por instituições, procedimentos, táticas de exercício do governo como condução de condutas, mas que envolve também os saberes criados para que tal exercício seja possível; b. o jogo de forças que, historicamente, conduziu à hegemonia deste tipo de exercício de poder, englobando a soberania e a disciplina, que o antecederam; e c. a resultante do processo histórico de governamentalização dos Estados no ocidente.

Tal processo foi possível, afirma o filósofo, pela conjunção de alguns fenômenos em torno das artes de governar: o poder pastoral; a diplomacia militar; e a polícia. O poder pastoral, segundo Foucault, está na base da governamentalidade, posto que foi esta tecnologia de poder, surgida no âmbito do cristianismo medieval, que introduziu o governo como condução de condutas. A governamentalidade moderna absorveu tais características, transferindo para o âmbito do Estado que age sobre uma população essa tecnologia de poder, esse conjunto de técnicas que tornam possível conduzir as condutas dos grupos humanos, tomados estes como objetivos em si mesmos.

Esta análise de Foucault, pensada a partir do contexto europeu, faria sentido quando deslocada para a realidade brasileira? Seria possível encontrar aqui os rastros de um processo de governamentalização do Estado?

Minha hipótese é que com a República inicia-se um processo de governamentalização do Estado brasileiro, estando por ser feita esta análise histórica. Detendo-me nas últimas três

ou quatro décadas, sugiro denominar a forma de atuação do Estado brasileiro de 1985 a 2016 como “governamentalidade democrática”.

Vivemos, entre as décadas de 1960 e 1980, um regime ditatorial, um Estado de exceção em relação aos direitos políticos. Com a transição para a democracia, em meados dos anos 1980, a consolidação no novo regime exigiu a promulgação de uma nova constituição. Foi instituída uma Assembleia Nacional Constituinte que, em setembro de 1988 aprovou a Constituição da República Federativa do Brasil. A Constituição de 1988 elege cinco fundamentos, sendo um deles a cidadania. Considera-se fundamental, no movimento político brasileiro visando a instalação e a consolidação de um Estado democrático de direito, a caracterização de todos os membros deste Estado como cidadãos, o que implica a eles uma série de direitos políticos e um conjunto de deveres cívicos. Não há Estado democrático de direito sem cidadãos, por isso a cidadania foi eleita como um dos fundamentos constitucionais. Mais do que isso, a cidadania passou a presidir toda a formulação de políticas públicas no país desde então.

No caso específico do campo da Educação, isso é muito evidente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, construída a partir da Constituição Federal e promulgada em 1996, define, em seu artigo segundo: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (o destaque é meu). Quando consultamos os documentos de política pública produzidos pelo Ministério da Educação desde então a centralidade da formação para a cidadania salta aos olhos. É preciso educar o cidadão; é preciso, através da educação, formar o cidadão, para que o Estado democrático de direito possa ser devidamente consolidado.

Na chave de leitura aqui utilizada, pode-se dizer: é preciso constituir a todos como cidadãos, para que possam ser governados. Fora da cidadania não há governo democrático possível; por essa razão, as pedras de toque são duas: cidadania e inclusão. Todos devem ser cidadãos, todos precisam estar incluídos. Assim se constrói e se consolida um Estado democrático de direito, onde antes havia um regime de exceção. É neste contexto, pois, de um “salto” de um Estado de dominação para um Estado democrático, que vem sendo construído nas últimas décadas, que proponho lermos a realidade política brasileira contemporânea como uma “governamentalidade democrática”. Aqui, a democracia não andou lado a lado com a governamentalização do Estado. Este foi governamentalizado de diferentes formas, ou mesmo com traços democráticos débeis e frágeis; urgia, então, que um processo de democratização do Estado fosse implementado, através da instituição da cidadania, para que se pudesse governar de forma legítima toda a população brasileira.

Na comunicação serão analisadas as políticas públicas para inclusão no campo da Educação produzidas nas últimas décadas, até serem interrompidas pelo golpe de 2016 e soterradas pela nova lógica governamental que emergiu das urnas com as eleições de 2018. Mostrarei como foram produzidas no contexto de uma governamentalidade democrática, reforçando-a, produzindo sujeitos cidadãos a serem governados segundo essa mesma lógica.

Ingovernável: resistências possíveis?

O quadro aqui esboçado nos impõe um conjunto de questões. É inegável o ganho democrático para a sociedade brasileira com as políticas públicas que foram implantadas no âmbito desta governamentalidade *made in Brazil*; porém, ainda que haja avanços, eles são direcionados no quadro de um determinado regime do político, no qual cada um só pode ser parte do processo ao seguir as regras e condições impostas pela governamentalidade democrática. E não somos convidados a participar do jogo; ao contrário, somos todos incluídos, queiramos ou não. É preciso que todos joguem: eis a regra democrática. E com a participação de todos, os possíveis conflitos e as contradições serão resolvidos segundo a lógica da maioria, através da produção de consensos.

Que resistências ocorrem ou podem ser articuladas neste contexto? Será inútil resistir? Estaremos todos devidamente enquadrados na afirmação da diversidade inclusiva? Que papel podem jogar diferenças que resistam e se recusem à inclusão? Que chances políticas elas terão?

O que acompanhamos no Brasil foi a construção de uma ordem governamental inclusiva, que procura tudo abarcar e tudo gerir para que não fiquem brechas, para que essa ordem não seja perturbada. Mas, por mais que os esforços sejam abrangentes, diferenças resistem, não se deixam capturar pela ordem inclusiva. E podem fazer irromper uma política diferencial, que impõe uma descontinuidade, uma perturbação. A ordem policial sempre pode se restabelecer, impondo novos consensos; mas as diferenças não podem abdicar da potência dissensual (Rancière) da política, que permanece sempre aberta. Contra o governo da diversidade, o desgoverno da diferença.

A afirmação política das diferenças contra a ordem policial da diversidade governamentalizada implica na afirmação de uma potência do *fora*. DELEUZE & GUATTARI (1980) não cessaram de sublinhar tal potência. Uma lógica disjuntiva, em oposição à lógica inclusiva. Como podem as perturbações causadas pelas diferenças que estão fora da ordem policial produzir transformações? RANCIÈRE (1996, 2007) defende que as mudanças são possíveis apenas com o encontro das duas lógicas; a diferença precisa interpelar a lógica policial inclusiva. É necessário que o *fora* se encontre com a interioridade da inclusão cidadã, não para incluir-se nela, mas para evidenciar que ela não é capaz de tudo abarcar, que sempre haverá algo *fora* perturbando e desequilibrando um sistema que se propõe estável.

Rancière afirma também que a política produz subjetivações que são diferenciais, que operam por desidentificação. Ora, podemos então dizer que a própria lógica inclusiva das políticas educativas produzidas pela governamentalidade democrática com o intuito de governar as diferenças pela lógica da diversidade tem o potencial de produzir também sujeitos diferenciais, que não se reconhecem na diversidade inclusiva, desidentificam-se com ela e consigo mesmos, colocando-se à margem (no *fora*) do conjunto administrado pela polícia, mas exigindo serem contados, sem serem incluídos. Isto é, a mesma lógica da diversidade que quer universalizar, unificar por uma igualdade abstrata, produz o múltiplo que escapa, que faz diferença e provoca perturbação.

Em suma, toda uma potência do *fora* que coloca no cenário político possibilidades de desidentificação e produção de subjetividades outras, que afirmam a vida como resistência àquilo que é colocado em marcha pelo Estado governamentalizado. Nas palavras de FOUCAULT (1983, 2008), um escolher não ser governando dessa forma, a colocação em marcha de contracondutas, condutas diferenciais de si mesmo.

Considerações finais

Podemos compreender nossa contemporaneidade brasileira através da construção em processo de um Estado governamental democrático, que opera produzindo e constituindo cidadãos para serem governados segundo uma ordem policial (administrativa). No campo educacional, tal produção é visível, de modo especial no projeto de governar as diferenças, incluindo-as toda no projeto democrático, sob a batuta da afirmação da diversidade. O projeto é o de tudo abarcar, de modo universal, reduzindo o diferente ao diverso. Tal processo implicou em avanços para a sociedade brasileira; mas também pode ser redutor, se levar a cabo seu intento universalizante.

Podemos, porém, argumentar que este mesmo projeto educativo que procura reduzir o diferente ao diverso, para então governá-lo, acaba também por possibilitar processos de subjetivação política do diferente. Sujeitos podem desidentificar-se com o projeto da diversidade, não se reconhecerem como partes deste conjunto, afirmando-se no *fora* e reivindicando seu pertencimento, sem a ele pertencer. O campo político está aberto às diferenças e o mesmo projeto que intenta contê-las pode, como efeito contrário, estimulá-las.

Como afirmou Rancière (1996, p. 54), “a política é feita de relações de mundos”; contra a imposição de um mundo único pela diversidade, impõe-se a necessidade de multiplicar as diferenças, de modo que outros mundos possíveis façam permanecer aberta a possibilidade da política.

Referências

- COMBES, M. (2011). *La vie inséparable – vie et sujet au temps de la biopolitique*. Paris: Éditions Dittmar.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm (acesso em 16 de novembro de 2016).
- BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI Nº 9304/96). www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm (acesso em 16 de novembro de 2016).
- CRAVEIRO, C.B.A.; MEDEIROS, S. (org.) (2013). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: Diversidade e Inclusão*. Brasília: CNE/MEC/SECADI.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1980). *Mille Plateaux*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- FABRIS, E.T.H. ; KLEIN, R.R. (org.) (2013). *Inclusão e Biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica.
- FOUCAULT, M. (1983). The subject and power. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault beyond structuralism and hermeneutics*. 2nd. Ed. Chicago: The University of Chicago Press, p. 208-226.
- FOUCAULT, M. (2008). *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (2013). *L'origine de l'herméneutique de soi*. Paris: Vrin.
- FOUCAULT, M. (2014a). *Do governo dos vivos*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (2014b). *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade - Ditos e Escritos IX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GADELHA, S. (2009). *Biopolítica, governamentalidade e educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- NOGUERA-RAMÍREZ, C.E. (2011). *Pedagogia e governamentalidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- RANCIÈRE, J. (1996). *O desentendimento – política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.
- RANCIÈRE, J. (2007). *Aux bords du politique*. Paris: Gallimard (Folio Essais).
- SENEILLART, M. (2006). *As artes de governar*. São Paulo: Editora 34.